

ASFOC FIOCRUZ

Campanha salarial chega ao parlamento

Mobilização total!

Atos contra violência e corte do adicional de insalubridade unem trabalhadores da Fiocruz



Hora de mobilização

Um segundo semestre que promete. Para conseguirmos o que pretendemos precisamos estar unidos, mais do que nunca! Lutaremos em três frentes: em defesa da continuidade do Fioprev e do Fio-Saúde, contra a possibilidade de corte salarial – por meio da retirada do adicional de insalubridade – e pela correção de nossa tabela salarial.

Não será fácil. Na luta pela preservação do Fioprev e do Fio-Saúde, as recentes iniciativas do governo são deletérias e nos obrigam também à defesa incondicional dos conselheiros injustamente autuados pelo Ministério da Previdência.

Apesar de alertamos há mais de um ano que o governo tinha a intenção de realizar cortes nos contracheques com base em laudos defasados de insalubridade, a Fiocruz simplesmente cumpriu o “dever de casa” e apresentou uma lista que reduzirá ou cortará o adicional de grande parte dos servidores. A incoerência fica por conta de que a Fundação e o próprio Ministério do Planejamento admitem a necessidade de revisão dos critérios vigentes. Os trabalhadores já demonstraram que não ficarão calados. No momento em que defendemos melhores salários é inadmissível a redução de nossa renda.

Na luta pela correção da tabela salarial, estivemos em Brasília expondo os argumentos aos parlamentares. Obtivemos apoio da Frente Parlamentar da Saúde e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em encontro com a Asfoc, em 30 de agosto, o presidente da Fiocruz, Paulo Buss, prometeu se empenhar para a emissão de um Aviso Ministerial consistente e se envolver pessoalmente nas negociações com o Ministério do Planejamento. Vamos cobrar!

ESPAÇO UNIFOC

Será que os tempos mudaram?

Por Antônio Humberto da Costa*

Debalde tem sido os esforços do conjunto de servidores ativos e aposentados na luta pelo reajuste salarial deste ano.

Os apoios formais do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, do Conselho Deliberativo da Fiocruz, da Presidência da Fiocruz e da nossa incansável Asfoc-SN não resultaram no início das negociações junto à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e tampouco na emissão de um Aviso Ministerial.

Há um entendimento equivocado, em relação ao resultado obtido com a criação do Plano Próprio da Fundação em 2006, uma vez que ali não houve reajuste salarial e sim uma equalização salarial na remuneração dos trabalhadores da Fiocruz.

A luta incansável da nossa Asfoc-SN, para que tenhamos o reajuste que merecemos, às vezes, pode deixá-la exposta junto aos doutos da lei, que poderão achá-la intempestiva. Contudo, todos nós temos que cerrar fileira e apoiá-la, irrestritamente, porque só assim demonstraremos nossa união. Afinal de contas, fazemos parte do mesmo barco e já conseguimos inúmeros ganhos com ela na defesa dos interesses coletivos da comunidade da Fiocruz.

Estamos em fins de agosto e, em governos anteriores, esta era uma questão que discutíamos e conseguíamos alcançar nossos objetivos no início do ano. Daqui a pouco, poderão aparecer os Einsteins da vida, protetores da economia e do governo, com aquele papo furado de que é o máximo que podemos conceder e entra em vigor nesta data, sem retroatividade.

Em ocasiões como esta que estamos vivendo, quando tudo parece remar em sentido contrário, lembro-me de um certo cidadão de nome Rui, que disse, entre outras coisas, num célebre documento que “de tanto ver triunfar as nulidades... o homem sente vergonha de ser honesto”.

É claro que não vamos desistir e tampouco baixar a guarda. Entretanto, fica difícil explicar que no momento em que parcela desse governo que aí se encontra conhece muito bem o que a Fiocruz é capaz de fazer e produzir, inclusive recentemente nos diagnósticos dos hospitais da rede municipal do Rio de Janeiro e do Nordeste, deve se transformar num roteiro para definir políticas de saúde pública junto à rede hospitalar de qualquer esfera de governo.

Nosso intuito é só restabelecer a Justiça. Nada de privilégio.

* Diretor Executivo da União dos Aposentados da Fundação Oswaldo Cruz (Unifoc)

DIRETORIA DA ASFOC-SINDICATO NACIONAL E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br

Rogério Lannes Rocha
Presidente
Paulo César de Castro Ribeiro
Vice-Presidente
Justa Helena Braga Franco
Diretora de Administração e Finanças

Paulo Henrique Scrivano Garrido
Diretor Secretário-Geral
Alcimar Pereira Batista
Diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos

Roberto Lopes
Diretor de Esportes
João Carlos B.R. de Freitas
Diretor Social e de Cultura
Álvaro Fúncia Lemme
Diretor de Comunicação

SUPLENTE

Maria de Fátima B. de Souza
Rita Regina Guimarães
Marcos Besserman Vianna

Gilberto Lessa de Almeida
Janete Romeiro
Pauliran Freitas

CONSELHO FISCAL

Marco Antonio C. Menezes
Presidente
Nilton Francisco da Silva
Secretário

Vânia Buchmuller
Manoela da Silva
Rui Baraúna de Rezende

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

(21) 2598-4231 (R. 211)
jornalismo@asfoc.fiocruz.br

Gerência de Comunicação
Jesuan Xavier

Equipe
Fernando Taylor
Fernanda Freitas
(Estágio)

Fotografia
Jesuan Xavier
Fernando Taylor
Cassiano Pinheiro
(Estágio)

Divulgação
Jorge Vieira
Impressão
Wal Print Gráfica e Editora

Programação Visual
F.Tavares Produções
Gráficas e Editoriais Ltda

As informações contidas nos artigos assinados e informes publicitários são de inteira responsabilidade de seus autores.

Sede da ASFOC-SN Av. Brasil, 4.365 - RJ - CEP 21040-360

Secretaria – 2598-4231
Jornalismo – 2598-4231 (R. 211)

Odontologia – 2598-4333
Jurídico – 2598-4231 (R. 214)

Seguros – 2598-4231 (R. 218)
Salão de Beleza – 2598-4231 (R. 223)
Restaurante – 3885-3890

Regionais

Recife: (81) 3454-4501
Salvador: (71) 3356-6583
Belo Horizonte: (31) 3349-7710

Brasília: (61) 3340-0340
Manaus: (92) 3621-2397

Não à redução salarial!

Os trabalhadores da Fiocruz demonstraram, no dia 29 de agosto, que não vão aceitar qualquer tipo de redução salarial. A greve de advertência contra a possibilidade de corte do adicional de insalubridade para grande número de servidores teve excelente adesão e boa cobertura da imprensa. O movimento também atingiu as regionais de Belo Horizonte, no Centro de Pesquisas René Rachou, Salvador (Gonçalo Moniz) e Manaus (Leônidas & Maria Deane).

Em comunicado oficial, no dia 28 de agosto, a Fiocruz admite que os laudos acarretarão “perdas remuneratórias a um significativo conjunto de servidores” e que os percentuais, validados pelo Ministério do Planejamento, “serão implementados na folha de pagamento, prevendo-se para o próximo mês de outubro”.

Contraditoriamente, na mesma nota, o coordenador-geral de Seguridade Social e Benefícios do Servidor da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (MPOG), Luiz Roberto Domingues, reconhece a “necessidade de revisão dos critérios vigentes”, tendo neste sentido constituído grupo de trabalho que deverá produzir um projeto de lei até o final deste ano.

Apesar do consenso de que os laudos têm base em metodologia e critérios retrógrados, a Fiocruz não demonstrou competência técnica para modificar esses critérios – simplesmente cumpriu determinação do MPOG, ignorando inclusive documento elaborado em julho pelo Fórum de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde (onde a Fundação tem assento), que contém critérios mais atualizados para a concessão do adicional de insalubridade.



Salvador-BA



Paulo César Ribeiro, vice-presidente da Asfoc-SN, fala sobre a manifestação à imprensa

Uma vez que a contradição está explícita, a Presidência da Fiocruz tem mais argumentos para fazer novas gestões junto ao MPOG, com o intuito de impedir que tal violência aos trabalhadores seja implementada.

Urge, também, a ação efetiva do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, baseado nos argumentos já apresentados, buscando sua intervenção política para que não haja diminuição na renda dos trabalhadores.

A paralisação foi noticiada em rádio, televisão e internet. Durante o dia, as rádios Globo, CBN, Tupi e Tropical fizeram várias inserções sobre nosso movimento. O mesmo aconteceu nos sites Globo.com, JB Online, O Dia Online e Extra Online. A rede Record filmou o movimento na porta da Avenida Brasil e gravou entrevista com o vice-presidente do Sindicato, Paulo César Ribeiro

Os trabalhadores querem que a Presidência não implante o corte e abra negociação imediata junto ao Ministério do Planejamento para rever a situação.

Luta pelo Fio-Saúde continua

A preservação do Fioprev e do Fio-Saúde, ameaçados por recentes iniciativas do governo, e a defesa incondicional aos conselheiros autuados pelo Ministério da Previdência continuam entre as prioridades da Asfoc. Em reunião com a direção e conselheiros do Fioprev e com a Asfoc, o presidente Paulo Buss solicitou ao Fioprev comparação entre valores recebidos pelo Fio-Saúde e por planos de saúde de outras empresas, para subsidiar novas gestões em favor do aumento de repasses ao nosso plano.

Quero PAZ COM VOZ

Nem a chuvosa e fria manhã que fazia no dia 12 de julho inibiu a participação dos trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz em ato contra a violência no Rio de Janeiro. Organizado em conjunto pelo Sindicato Nacional (Asfoc-SN) e a Presidência da Fiocruz, a manifestação contou com centenas de pessoas que se reuniram nas escadarias do Castelo de Manguinhos. No ápice do Ato Paz com Voz, até a chuva deu uma trégua, e os trabalhadores puderam soltar mil balões brancos.



Antes, líderes de movimentos sociais, representantes de direitos humanos e dirigentes da Fundação e do Sindicato discursaram contra a política de segurança empregada pelo governo do Estado. O movimento foi motivado por uma série de balas perdidas que atingiram o Campus da Fiocruz, nos meses de junho e julho, durante confronto entre polícia e traficantes na região.

“A proposta de um grande ato para chamar a atenção para o que se passa dentro e no entorno de Manguinhos, e também no restante da cidade, foi imediatamente encampada por todos da Fiocruz”, afirmou Paulo César de Castro Ribeiro, vice-presidente da Asfoc-SN, na abertura do evento.

O presidente do Sindicato Nacional, Rogério Lannes, explicou que a paz que os trabalhadores da Fiocruz e moradores querem não é “a paz do cemitério, das armas, do silêncio”. “Defendemos a paz da nossa voz, dizendo o que a gente quer do Estado brasileiro. A política de segurança empregada hoje é errada, equivocada e ineficiente. Mata até os próprios policiais”, frisou.

O representante do Fórum do Movimento Social para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável de Manguinhos, Marcelo Gomes, disse que os moradores vivem atualmente com muito medo. “Por causa dos tiroteios, as pessoas não têm o seu direito de ir e vir respeitado. Ficam escondidas em suas casas como se fossem marginais”.

Ele afirmou que o anseio da população é muito maior. “A gente quer do governo do Estado ações dentro das comunidades, com educação e uma vila olímpica dentro do Complexo de Manguinhos. Só através da educação é que vamos diminuir a violência”.

O então delegado da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, Marcos Antônio Silva – ele renunciou ao cargo logo depois do evento (ver box) – criticou a política “do pé na porta e o tapa na cara”. “A Comissão da OAB acha um absurdo, um equívoco profundo, a sociedade fluminense ser induzida ao erro de achar que vai ter mais segurança com essa política de guerra. Uma política de guerra sempre deixa baixas, vítimas, mortos”.



Ele afirmou ainda que ninguém, durante uma incursão policial, tem o poder de decidir sobre a vida de uma pessoa, condenar e executar. “Essas vítimas que são atingidas no meio da guerra, em sua maioria, são trabalhadores, estudantes, e que são pegas no meio do fogo cruzado”.

O presidente da Fiocruz, Paulo Buss, lembrou que situações de desigualdade e exclusão geram violência. “Simplesmente porque a marginalidade passa a ocupar, nestes casos, o papel do Estado”.

No entanto, o dirigente acredita num futuro melhor. “Nossa esperança está depositada neste momento no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) de Manguinhos - *ver página 6*. O projeto prevê a construção de unidades habitacionais, retirando pessoas das áreas mais gravemente atingidas pelas questões ambientais. Acreditamos neste tipo de trabalho, sustentável, com a presença do poder público, substituindo dentro da comunidade o poder paralelo que está instituído”.

As atividades do dia continuaram. À tarde, em debate sobre segurança e outras políticas públicas, na Escola Nacional de Saúde Pública, houve a participação do diretor da ENSP, Antônio Ivo, de Fernando Lannes, do Observatório de Favelas, Edinilsa Ramos de Sousa (Claves), Patrícia Evangelista (Fórum de

Manguinhos) e Marcelo Yuka, cantor e compositor, militante dos direitos humanos e vítima da violência urbana. “Não tinha nem idéia que minha música (Minha Alma) estava sendo usada pelos trabalhadores da Fiocruz com esse propósito - o de inspirar uma campanha da paz. Isso me deixa o mais vaidoso dos compositores”.

Ele fez questão de enfatizar que não pretende sensibilizar as pessoas apenas por sua atual condição de deficiente físico. “Não quero usar a cadeira de rodas como meio de chegar à mídia. Não quero esse tipo de cidadania e respeito pela vitimização. Eu quero porque acho que tenho alguma coisa para dizer e para continuar produzindo”, afirmou Yuka, que foi condecorado em 2003 com a Medalha Jorge Careli de Direitos Humanos, oferecida anualmente pela Asfoc.

Ele lembrou ainda que, como vítima da violência, seria muito fácil apenas pedir penas mais duras. “Seria seguir o caminho mais fácil, não refletir o suficiente e pedir a pena de morte, que não é oficializada, mas existe no Brasil, ou mesmo redução da idade penal. Não precisa ir até 16 anos para se castigar a maioria das crianças, já se castiga aqui bem mais cedo. Ao invés de pedir essa justiça que sangra, a gente precisa pedir a justiça que oportuniza”, refletiu, sendo interrompido por aplausos da platéia.

Fernando Lannes, representante do Observatório de Favelas, falou sobre o combate à criminalidade. “O que mais nos surpreende é que nem aquilo que o governo se propõe a fazer, que evidentemente somos contra, que é essa lógica do enfrentamento bélico, faz direito. Qualquer guerra tem o mínimo de estratégia, tática, planejamento, coisas que a gente não observa na intervenção no morro do Alemão e tantas outras que se reproduzem na cidade do Rio de Janeiro”.

O diretor da Escola Nacional de Saúde Pública, Antônio Ivo, reafirmou o compromisso na busca por soluções. “A luta contra a desigualdade e iniquidade só é alcançada através de um esforço comunitário, solidário e um sentimento de combate a essas injustiças. A ENSP ampliará o processo de seu envolvimento nesta campanha”, comprometeu-se.

Patrícia Evangelista, do Fórum de Manguinhos, disse que os direitos dos cidadãos estão na Constituição, mas no dia-a-dia não são respeitados. “A vida humana está desvalorizada. É uma falta de respeito quando o poder público não garante os direitos civis da população, porque não garante o direito à vida, de ir e vir e de expressão. A comunidade tem voz e quer soltar a sua voz”, finalizou.

Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ sofre renúncia coletiva

Quarenta e dois membros da Comissão de Direitos Humanos e Acesso à Justiça (CDHAJ) da Ordem dos Advogados do Brasil renunciaram às suas nomeações, logo após exoneração de seu presidente, João Tancredo, no dia 26 de julho.

Dentre eles, Marcos Antônio Silva (foto), que participou do Ato Paz com Voz, na Fiocruz. “A luta por Direitos Humanos exige uma autonomia de trabalho, o que não estava mais sendo respeitado na OAB/RJ. Por não compactuar com uma atuação omissa e submissa da CDHAJ, não havia outra atitude a ser adotada”, explicou ele, sobre a renúncia coletiva.

João Tancredo foi exonerado após publicação de nota oficial da Presidência do Conselho da OAB, desautorizando a CDHAJ, que colhe depoimentos e analisou laudos envolvendo as 19 mortes ocorridas no Complexo do Ale-

mão, durante operação policial no final de junho. “Se a Comissão de Direitos Humanos tiver que esperar comprovações para fazer denúncias, nenhuma denúncia será feita e nenhuma comprovação produzida”, respondeu João Tancredo, por meio de nota pública.

Marcos fez questão de enfatizar que não abandonará a OAB-RJ. “Continuaremos a trabalhar em outras comissões, mantendo nossos compromissos, de princípios e práticas, com a democratização e a efetiva atuação social da OAB/RJ”.

A Asfoc se solidariza com todos os membros da comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ que renunciaram aos seus cargos. Entendemos ser legítimo e vital o papel assumido pela comissão no caso do Complexo do Alemão. O papel da sociedade civil organizada é denunciar possíveis abusos cometidos contra a população em geral, sem se omitir.



Comunidade quer **VOZ** no PAC de Manguinhos

A Asfoc-SN vem acompanhando de perto as discussões para a implantação do projeto de urbanização no Complexo de Manguinhos, prevista pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. A proposta urbanística tem previsão de financiamento federal e execução pelo governo estadual e a prefeitura. Diretores do nosso Sindicato têm participado das reuniões do Fórum do Movimento Social e para o Desenvolvimento Equitativo de Manguinhos (Fórum de Manguinhos), composto por associações de moradores das comunidades de Manguinhos, trabalhadores de empresas da região e a Fiocruz, entre outros. As reuniões são abertas a todos os que quiserem participar e contribuir com as discussões.

A Asfoc-SN e o Fórum de Manguinhos defendem que tal intervenção deve ser precedida de grande debate junto à comunidade, com o intuito de garantir que as obras atendam às reais necessidades da população da região nas áreas de Educação, Saúde, Habitação e Saneamento Básico. A região de

Manguinhos detém um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e tal intervenção poderá representar um imenso salto de qualidade para todos.

Muitas dúvidas permanecem em relação aos projetos a serem implementados. Dentre elas, podemos citar a proposta de remoção de muitas famílias para realização das obras, sem estar claro de que maneira estas seriam realocadas ou mesmo qual o nível de intervenção em saneamento básico está realmente previsto.

Outro problema existente é a total falta de articulação entre os projetos da prefeitura e do Estado, o que pode causar sobreposição de ações ou a falta de alguma intervenção essencial. O Fórum defende a urgente criação de um Comitê Gestor do PAC de Manguinhos, composto pelos governos federal, estadual, prefeitura e representantes do Fórum, para que possamos ter acesso aos detalhes do projeto e para que as ações sejam realizadas de maneira articulada.

No momento, o Fórum vem realizando uma série de reuniões nas comunidades, tentando democratizar as informações até agora conhecidas, e buscando manter mobilizada a população para garantir seus direitos. As próximas reuniões estão previstas para setembro: dias 4, com as comunidades de Mandela 3 e Conab; 11, com as comunidades de CHP2, PJG e Vila Turismo, na quadra da Escola de Samba de Manguinhos; 18, com as comunidades Agrícola de Higienópolis e Vila São Pedro; e 25, no Parque Oswaldo Cruz. Uma ação junto à Câmara de Vereadores e à Assembléia Legislativa do Rio está sendo estudada.

Acreditamos que é papel do nosso Sindicato intervir para garantir que a população de Manguinhos seja ouvida nesse momento e que seus direitos sejam respeitados. A Fiocruz é parte integrante da comunidade de Manguinhos e seus trabalhadores passam boa parte de suas vidas no bairro. A busca de qualidade de vida para a população da região significará, também, melhoria das condições oferecidas a todos nós que trabalhamos na Fundação.

Deficientes auditivos: projeto da Fiocruz como modelo

Há dez anos, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mantém parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) para a contratação de pessoas com deficiência auditiva. O programa, que começou apenas como processo de inclusão do deficiente a um ambiente de trabalho, nos últimos dois anos se transformou em ações efetivas para integrar o surdo, não só à estrutura da Fundação, mas à sociedade como um todo.

Jorge da Hora, responsável pela contratação e pelo desenvolvimento de estímulos a capacitação da pessoa surda na Fiocruz, já faz palestra para empresas públicas e privadas – como a que aconteceu no final do mês de agosto, na sede do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), em Laranjeiras. O objetivo é mostrar o modelo de gestão implantado na Fundação e que, hoje, começa a ser usado em outras empresas. Como, por exemplo, a Secretaria de Saúde de Maceió, por meio de uma entidade representativa de portadores de deficiência da capital.

Hoje, 153 surdos, distribuídos em 13 unidades, atuam na Fundação e são beneficiados com o modelo de gestão que conta com processo de logística e comunicação, atividades educacionais, captação de recursos para atividades recreativas e parceria para construção de novas oportunidades. Além disso, está sendo desenvolvido um programa de acompanhamento e assistência social.

“O mundo está em transformação. Temos que estar preparados para assumir as pessoas portadoras de deficiência. A Fundação tem uma missão social e de bem-estar da sociedade. Todas essas ações estão sendo implantadas gradativamente pensando num programa que inclua e integre o surdo totalmente”, disse Jorge da Hora.

Uma das novidades do programa foi a inauguração, no dia 7 de agosto, do 1º Curso de Informática para surdos, em parceria com o Ines. Os 16 matriculados já têm aulas em módulos de informática básica (Windows, Word, Excel e internet) e receberão o certificado reconhecido, tanto pelo Ines quanto pela Fundação Oswaldo Cruz.

“É mais uma forma de motivação para que o surdo possa competir melhor dentro das atividades internas da Fiocruz e funciona também como ferramenta para que possa competir lá fora, no mercado de trabalho”, explicou ele.

Outra vitória no processo de integração foi a instalação do orelhão especial para surdos, no início de abril deste ano. O aparelho, o TDD (Telecommunications Device for the Deaf), doado pela empresa de telefonia Oi, está funcionando na biblioteca do Instituto de Informação Científica e Tec-

nológica (Icict) - e um segundo será instalado na Dirac, no centro de recepção.

“Infelizmente, as pessoas não respeitam o direito alheio e há o temor que alguém, de má-fé, venha danificar ou furtar o aparelho. Por isso, é preciso colocá-lo em um local seguro, com uma cabine que possa guardá-lo depois do expediente e nos finais de semana. Neste momento, optamos pela Dirac. Gostaríamos de colocar um aparelho também na Asfoc, porque o Sindicato representa a universalidade dos servidores da Fiocruz”.

O telefone especial para surdos possui um teclado e um visor que permite enviar e receber mensagens de texto. O aparelho fica instalado ao lado de um orelhão normal. O deficiente retira o fone, coloca-o sobre a base de teletexto e, a partir daí, será atendido por uma operadora treinada, que funcionará como intermediação entre o surdo e o ouvinte com quem ele deseja se comunicar. O deficiente auditivo digita a mensagem, a operadora lê para o ouvinte do outro lado da linha e depois digita a resposta que será lida através do visor no TDD.

No primeiro acesso é preciso que seja feito um cadastro do surdo junto à operadora Oi. Uma vez cadastrado, o deficiente poderá fazer qualquer ligação para telefone fixo ou celular, de graça.

“No censo do IBGE de 2000 (ainda não foi feito um novo) já eram 6 milhões de pessoas surdas no país. As operadoras de celulares já acordaram para este potencial de consumidores. Repare que todos os telefones agora têm SMS e vibra call. Esse orelhão faz parte do processo de inclusão da pessoa surda”, comemorou.



Campanha salarial tem apoio de parlamentares

Os diretores da Asfoc-SN centraram suas energias nas últimas semanas pela abertura imediata das negociações sobre a correção de nossa tabela salarial junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).



Em assembléia na Estação do Trenzinho, servidores aprovam mudança de estratégia na campanha salarial

Entre os dias 21 e 23 de agosto, os diretores Paulo Garrido e Fátima de Souza estiveram em Brasília e protocolaram pedido oficial de abertura de negociação no MPOG. Os dois conseguiram, também, apoio da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara. Um requerimento com a assinatura dos parlamentares deverá resultar no envio de indicação da Comissão ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, solicitando a abertura das negociações.

Outro resultado desses contatos foi o convite a participar de uma audiência pública da Frente Parlamentar da Saúde, em Brasília, no dia 29 de agosto. O presidente do Sindicato Nacional, Rogério Lannes, pôde expor melhor os argumentos e apresentar as razões do reajuste linear de 45,39%, retroativo a março, pretendido pelos trabalhadores da Fiocruz. “Nossa intenção é conseguir apoio dos parlamentares para a nova tabela e desconstruir o pensamento do governo de que já obtivemos aumento no ano passado, quando conseguimos apenas a equalização salarial interna”, afirmou. Ao final da exposição, os parlamentares da Frente elogiaram o papel da Fiocruz na Ciência e Tecnologia em Saúde e deliberaram por solicitar audiência ao ministro Paulo Bernardo, para defender a correção da tabela salarial.

A estratégia de agir também junto aos deputados, senadores e no próprio MPOG resultou na demora para emissão de um Aviso Ministerial - compromisso assumido pela Presidência e CD da Fiocruz, em 24 de maio, e pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em 25 de maio, durante encontro com a Asfoc (Jornal de junho).

Cronologia da campanha

Leia sempre os informes da Asfoc

2006

07/12 – Em encontro com o então secretário de RH do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, Asfoc abre diálogo com o governo (Jornal de dezembro).

2007

17/05 – Assembléia delibera sobre proposta (Jornal de junho e informativo de 17 de maio).

25/05 – Proposta é apresentada ao CD Fiocruz, que delibera moção de apoio e se compromete a buscar Aviso Ministerial (Jornal de junho e informativo de 25 de maio).

25/05 – Ministro Temporão recebe proposta e promete apoio (Jornal de junho e informativo de 25 de maio).

16/06 – Durante o Fiocruz Pra Você, novo encontro com ministro junto com a Presidência da Fiocruz. Ele informa sobre conversa com o presidente Lula e se compromete com o Aviso Ministerial (Jornal de junho).

15/07 – Em novo encontro com o ministro durante Congresso da Abrasco, a Asfoc solicita audiência.

27/07 – Carta ao ministro Temporão pedindo audiência e enviando dados para Aviso (Jornal de junho e informativo de 27 de julho).

06/08 – No Coletivo de Gestores, a Asfoc propõe correção da tabela como prioridade institucional e o Grupo de Gestão do Trabalho acata.

13/08 – Carta ao ministro Temporão reiterando pedido de audiência (informativo de 13 de agosto).

16/08 – Assembléia Geral delibera procurar também o Congresso Nacional para chegar ao Ministério do Planejamento (Informativo de 17 de agosto).

17/08 – Carta ao secretário de RH do MPOG, Duvanier Paiva Ferreira, pedindo urgência na abertura de negociação (informativo de 17 de agosto).

23/08 – Protocolado no MPOG pedido da Asfoc para abertura de negociação.

24/08 – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público prepara requerimento ao MPOG.

29/08 – Frente Parlamentar da Saúde apóia correção da tabela.

Cara nova no Arraiá du Oswárdu

As cerca de 500 pessoas que estiveram no dia 3 agosto no Arraiá du Oswárdu puderam dançar ao som do mais típico forró pé-de-serra. Pelo segundo ano seguido, o trio Maçari-co e sua gente animou a Festa Agostina da Asfoc. E novamente foi um sucesso!

Ninguém ficou parado e até mesmo uma quadrilha espontânea foi formada ao longo da noite. Barraquinhas com comidas e bebidas típicas completavam o ambiente.

Este ano, novas caras foram vistas no salão. "Os novos concursados marcaram presença. Espero que tenham gostado e que passem a frequentar nossas festas, que já são um marco para os servidores da Fiocruz", declarou o diretor Cultural do Sindicato, João Carlos de Freitas, o Profeta.



Ex-colonins prestigiam encerramento da Colônia



No último dia da Colônia de Férias da Asfoc, em 27 de julho, uma gostosa nostalgia no ar. Ex-colonins, como são chamados todos aqueles que como alunos ou professores já passaram pela colônia, se reencontraram na festa de encerramento de mais uma edição. "A reunião promete ser apenas a primeira de muitas outras", afirmou Luiz Cláudio, coordenador de Esportes do Sindicato.

Os participantes puderam colocar o papo em dia e relembrar bons momentos. Um mural com fotos antigas da colônia virou a grande atração do evento, que contou ainda com animação e brinquedos para todas as crianças presentes.

